

- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7 — Forma e prazo para apresentação das candidaturas:

7.1 — Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

7.2 — Forma — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, devidamente datado e assinado, elaborado em folhas normalizadas, branca ou azul de formato A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Gondomar e entregue pessoalmente na Secção de Pessoal ou remetido pelo correio registado com aviso de recepção, para Câmara Municipal de Gondomar, Praça do Município, 4420 Gondomar, dele devendo constar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome, estado civil, profissão, data de nascimento, naturalidade, filiação, número e data do bilhete de identidade, bem como o seu serviço emissor, número de contribuinte, residência, código postal e telefone).

7.3 — O requerimento de admissão, deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, de fotocópia legível do certificado de habilitações e fotocópia da carta de condução do candidato.

7.4 — Será dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 6.1 do presente aviso, desde que os candidatos declarem no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas a situação precisa em que se encontram, relativamente a cada um dos requisitos.

7.5 — Os candidatos que sejam funcionários, agentes ou contratados ao serviço da Câmara Municipal de Gondomar, ficam dispensados de apresentar a fotocópia do certificado de habilitações, desde que os referidos documentos se encontrem arquivados no respectivo processo individual. Para tanto, deverão declará-lo no requerimento.

8 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

8.1 — Assiste ao júri, a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu requerimento, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8.2 — Nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, os interessados têm acesso às actas e aos documentos em que assentem as deliberações do júri, desde que as solicitem.

9 — Métodos de selecção — o método de selecção a utilizar é constituído por uma prova: prova de conhecimentos específicos.

A prova de conhecimentos específicos visa avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício de determinada função. Esta prova consiste na resposta por escrito, a uma prova apresentada pelo júri do concurso, a qual terá a duração de duas horas, será classificada na escala de 0 a 20 valores e incidirá sobre a seguinte legislação (com consulta): Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com a alteração introduzida pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio (Férias, Faltas e Licenças); Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, alterado posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 29/2000; e Decreto-Lei n.º 30/2000, de 13 de Março.

10 — Classificação final — o ordenamento, graduação e classificação final dos concorrentes, resultará da aplicação do método de selecção e será expresso através da escala de 0 a 20 valores. Consideram-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

11 — Em caso de igualdade de classificação, entre candidatos, os critérios de preferência a adoptar serão os constantes do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

12 — Composição do júri:

Presidente — director do Departamento de Obras Municipais e Habitação, em regime de substituição, engenheiro José Leonel das Neves Teixeira Ramos.

Vogais efectivos:

A adjunta do vice-presidente, Dr.ª Maria Germana de Sousa Rocha Pimentel Rosete, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e a técnica superior economista, Dr.ª Lucinda da Conceição Martins Soares.

Vogais suplentes:

As chefes de repartição Maria Manuela Monteiro Gomes Nunes e Maria Manuela da Silva Dias Ferreira Bessa.

13 — Afixação de listas — a relação das candidaturas admitidas será afixada nos termos do n.º 2 dos artigos 33.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho. Os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do citado decreto-lei.

Os candidatos admitidos serão notificados do dia, hora e local da realização das provas, nos termos previstos no artigo 34.º e artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

A lista de classificação final será notificada aos candidatos nos termos do artigo 40.º do referido decreto-lei.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escurupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

7 de Junho de 2001. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, José Luís da Silva Oliveira. 27-1-000 105

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

Edital

Maria do Carmo Pires Almeida Borges, presidente da Câmara Municipal da Guarda:

Torna público, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º e no n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, dando cumprimento às deliberações do executivo municipal de 2 de Novembro de 2000 e 30 de Abril de 2001, e no seguimento do Despacho do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza de 10 de Abril de 2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 2 de Maio de 2001, que a Câmara Municipal da Guarda vai proceder à revisão do Plano Director Municipal, concedendo-se um prazo de 30 dias, a contar da data de publicação deste edital no *Diário da República*, para que todos os interessados possam prestar as informações que considerem úteis no âmbito deste processo e formular sugestões, nomeadamente, sobre os objectivos estratégicos que considerem que a revisão do PDM deve visar. Estes contributos devem ser enviados ao Departamento de Habitação e Urbanismo da Câmara Municipal da Guarda, sugerindo-se, a fim de garantir o maior rigor e transparência deste processo, que todas as sugestões que visem o mesmo fim e que tenham sido apresentadas pelos municípios ao longo da vigência do actual PDM, sejam repetidas, sob pena das mesmas poderem vir a não ser consideradas.

E para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e publicitados nos termos legais.

5 de Junho de 2001. — A Presidente da Câmara, Maria do Carmo Pires Almeida Borges. 5-1-33 120

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

Aviso

Para os devidos efeitos, se torna público que, por despachos do presidente da Câmara Municipal datados de 11 de Junho de 2001, no uso de competências próprias, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foram nomeados, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, os 64 candidatos classificados no concurso interno de acesso limitado, aberto por aviso afixado no edifício dos Paços do Concelho, em 23 de Outubro de 2001, para 19 lugares, concurso válido pelo período de um ano, de acordo com o Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril: Maria Aida Oliveira Duarte Lo-